

# **SEMINARIO POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL DO CAU/BR**

**Brasília, 12 e 13 de abril de 1916**

## **A preservação do patrimônio cultural natural brasileiro**

Paulo Ormino de Azevedo

Diante do modelo especulativo de desenvolvimento urbano brasileiro, a sobrevivência de cidades coloniais mineiras e nordestinas é verdadeiramente um milagre. Este milagre se deveu a homens como Gustavo Capanema, Mario de Andrade, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Lucio Costa, Renato Soeiro e Aloísio Magalhães. Em outras palavras, ao IPHAN. Mas a trajetória deste órgão não foi, como conta a historiografia oficial, sem perturbações e contradições. Em consequência disto, muita coisa se perdeu, como conjuntos urbanos dos séculos XIX e XX, com sua arquitetura eclética e contemporânea. Corremos o risco de não conservarmos uma só residência desses séculos devoradas pela especulação imobiliária.

Em 1986, o arquiteto e antropólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos, em seu artigo “Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo”, sintetizou os impasses vividos pelas políticas do patrimônio no Brasil:

Do jeito que vem sendo praticada, a preservação é um estatuto que consegue desagradar a todos: o governo fica responsável por bens que não pode ou não quer conservar; os proprietários se irritam contra as proibições, nos seus termos injustos, de uso pleno de um direito; o público porque, com enorme bom senso, não consegue entender a manutenção de alguns pardieiros, enquanto assiste à demolição inexorável e pouco inteligente de ambientes significativos<sup>1</sup>.

Como todos sabem, a legislação básica de preservação do patrimônio cultural brasileiro data de 1937, com o Dec. Lei nº 25/37. A criação do atual Instituto de Patrimônio Histórico Nacional, IPHAN, foi uma iniciativa do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em 1936, que encomendou a Mario de Andrade a elaboração de seu estatuto. O órgão imaginado por Mario de

---

<sup>1</sup> - Cf. Carlos Nelson F. dos Santos (1986).

Andrade era muito avançado para a sua época e incluía não apenas os bens materiais da corte, como os imateriais do povão.

Mas já no nascedouro começa uma disputa conceitual. O mineiro Rodrigo de Mello Franco de Andrade, escolhido pelo também mineiro Capanema para dirigir o IPHAN, estava mais ligado à Inconfidência Mineira que à Revolução de 1930 e privilegiaria o patrimônio material das elites tradicionais como ícone da nacionalidade, especialmente o patrimônio de Minas Gerais e do Rio de Janeiro ou, em outras palavras, o ciclo da mineração.

Mas o fundamento teórico para respaldar este conceito de patrimônio nacional ele iria buscar em Gilberto Freyre. O livro *Casa Grande e Senzala* havia sido lançado em 1933 e saudado com grande entusiasmo por Rodrigo e seu primo e colaborador, Afonso Arinos de Mello Franco, em artigos de jornais cariocas. Altos dirigentes do IPHAN fizeram poemas em louvor do livro, como Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade. Por gestão de Rodrigo M.F. de Andrade, Gilberto Freyre seria nomeado pelo presidente Getúlio Vargas membro vitalício do Conselho Consultivo do IPHAN, enquanto Mario de Andrade era esquecido. Gilberto Freyre se transformaria, assim, no orago do IPHAN.

No prefácio da primeira edição de *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freyre depois de citar Lucio Costa e José Mariano Filho defende a ideia de que a casa-grande é a síntese da história do Brasil:

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (monocultura latifundiária), de trabalho (a escravatura); de transporte [...] de higiene do corpo e da casa [...]; da política (o compadrismo)<sup>2</sup>.

Sobre esta mudança conceitual do IPHAN apresentei a comunicação “Raízes do IPHAN: de Mário de Andrade a Gilberto Freyre” no seminário ArquiMemoria 4, realizado em Salvador em 2013<sup>3</sup>. O fato é que a casa-grande e a capela rural, a matriz e o sobrado urbano foram os objetos primordiais de preservação

---

<sup>2</sup> - Cf. Gilberto Freyre (2010, p.299-301).

<sup>3</sup> - Ver Paulo Ormino de Azevedo (2013b).

do IPHAN na sua “fase heroica”, ou seja, a administração de Rodrigo M. F. de Andrade, que vai de 1937 a 1967. Esses imóveis continuam sendo o maior conjunto de bens tombados pelo IPHAN.

No final da década de 1930, o Brasil era um país rural, com apenas 30% de sua população vivendo em cidades. Em 2010, o Brasil tinha 84% da população vivendo em cidades. Nos quase 80 anos de existência do IPHAN, o conceito de patrimônio e o país mudaram, como, também, a forma de preservar o patrimônio edificado. Só não mudou a legislação do patrimônio material no Brasil. A justificativa sempre foi que sua complementação poderia pôr em risco as conquistas do texto original. Mas criaram-se leis complementares no campo da arqueologia e dos bens imateriais, sem que fosse afetado o Dec, Lei 25/37.

Nesse período, o conceito de patrimônio construído evoluiu do monumento isolado para o de conjunto histórico ou sítio urbano com recomendações internacionais, como a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial (UNESCO, 1972) e o Manifesto de Amsterdam (Conselho da Europa, 1975), que consagrou o princípio de que esses sítios só podem ser preservados mediante o planejamento urbano. Acrescente a estes textos a Recomendação de Nairobi (UNESCO, 1976) sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos, a Carta de Washington (UNESCO, 1987)<sup>4</sup> e legislações nacionais referentes a estes sítios, como a Lei Malraux de 1962, na França.

A situação descrita por Carlos Nelson dos Santos decorre do fato da política preservacionista no país se resumir ao tombamento, um instrumento de preservação passivo do patrimônio edificado, que impede a demolição e a desfiguração, mas não o arruinamento e o abandono pelo proprietário. E é isto que ocorre em quase 100% dos casos, pois o proprietário se sente lesado em seu direito de uso pleno, sem receber nenhum incentivo do poder público para conservá-lo.

Embora o IPHAN já viesse tombando cidades desde 1937, não tinha até 1966 nenhuma política consistente para essas cidades, resumindo-se suas intervenções à restauração de seus mais importantes monumentos, a

---

<sup>4</sup> - Ver CARTAS PATRIMONIAIS, disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

uniformização estilística<sup>5</sup> e a discriminação do ecletismo. Naquele ano, uma missão da UNESCO solicitada pelo IPHAN chegava ao país para fazer um primeiro relatório sobre as nossas cidades históricas. A missão chefiada pelo francês Michael Parent foi realizada entre 1966 e 1967 e seu relatório final entregue em 1968<sup>6</sup>. Sua principal recomendação era o aproveitamento do nosso patrimônio cultural como mola do desenvolvimento econômico através do turismo cultural.

Esta nova visão de preservação do patrimônio, a mudança da direção do IPHAN em 1967, e os objetivos políticos dos militares iriam mudar a nossa prática preservacionista. A principal peça desta política foi o Programa das Cidades Históricas do Nordeste, estendida depois ao Sudeste e a todo o país, conhecido como PCH. Na formulação desse programa teve papel decisivo o novo diretor do IPHAN, Arq. Renato Soeiro (1967-1979), que havia participado da elaboração da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial, das Normas de Quito (OEA, 1967) e promovido os Encontros de Governadores de Brasília (1970) e Salvador (1971) em que foi firmado o pacto federativo pelo patrimônio<sup>7</sup>.

Este programa tinha também um objetivo político. Os militares naquele começo de gestão tinham como objetivo o controle da inflação e o desenvolvimento econômico. No que toca ao desenvolvimento, uma das questões mais urgentes era diminuir os desníveis regionais, que provocavam grandes migrações internas e tensões sociais. A maior delas ocorria no Nordeste, em Pernambuco, com as Ligas Camponesas, fundadas em 1955 e lideradas pelo deputado federal Francisco Julião. Renato Soeiro procurou tirar o melhor proveito desta situação.

Arquiteto com grande prática profissional em programas de construções do próprio Ministério da Educação e Saúde, Soeiro tinha uma visão muito clara do que ocorria nas nossas cidades, no auge da explosão demográfica e processo de urbanização. Era preciso proteger não apenas monumentos isolados, senão sítios de interesse urbano e natural. Em seus 12 anos de administração do

---

<sup>5</sup> - Ver Lia Motta, (1987, p. 108-122).

<sup>6</sup> - Ver AS MISSÕES DA UNESCO (2008).

<sup>7</sup> - Paulo Ormino David de Azevedo (2013a)

IPHAN, os sítios paisagísticos passaram de 8 para 15, as cidades históricas, de 9 para 14 e os conjuntos urbanísticos, de 24 para 29.

Mas nada teria ocorrido se suas ideias não fossem endossadas pelo núcleo duro do regime militar. Por um acaso, estavam em altos postos do governo homens das duas regiões menos desenvolvidas do país: Jarbas Passarinho, acreano, Ministro da Educação e Cultura e João Paulo Reis Veloso, piauiense, da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Presidência da República, SEPLAN-PR. Logo abaixo do ministro Passarinho, estavam Renato Soeiro, paraense, diretor do IPHAN e do DAC/MEC, e Josué Montelo, maranhense, diretor do recém-criado Conselho Federal de Cultura.

Estas autoridades viam a possibilidade de desenvolvimento da região mais pobre do país, o Nordeste, através do turismo cultural, como recomendara a missão da UNESCO. Esta era uma alternativa para aplacar as tensões sociais na região. O PCH foi criado pela Exposição de Motivos nº 076-B de 21/05/1972 e formulado por um grupo de trabalho Interministerial com representantes da SEPLAN-PR, DAC/MEC, Sudene e Embratur. A primeira reunião do grupo foi realizada no Recife, em janeiro de 1973, e ali ficaria sediado o programa até início da década de 1980. Os recursos, eram provenientes do Fundo Plano de Ações Integradas da SEPLAN-PR, que financiava 80% dos projetos, previamente aprovados pelo IPHAN, apresentados por estados e municípios, que bancavam os 20% restantes.

Em 1977, o programa seria estendido a Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Dois anos mais tarde, a todo o país e incorporado ao IPHAN. Mas o órgão não tinha os recursos da SEPLAN-PR, mormente durante o chamado “milagre brasileiro”. Com as atribuições aumentadas e verbas reduzidas, Soeiro imaginava poder contar com os recursos destinados à habitação social do Banco Nacional da Habitação, como afirmou no discurso de agradecimento à homenagem prestada pelo IAB<sup>8</sup>.

Entre 1973 e 1979 foram financiados 193 projetos de restauração de monumentos, feitas intervenções em 10 conjuntos urbanos, realizados 15 planos diretores de preservação de cidades históricas e realizados 11 cursos e

---

<sup>8</sup> - Ver Renato Soeiro (1979).

seminários de formação de mão de obra de níveis médio e superior. Entre 1973 e 1983 foram investidos no PCH cerca de US\$73,8 milhões, recursos que nunca mais o nosso patrimônio contou<sup>9</sup>. Esta foi a “fase de ouro” do IPHAN.

Uma das críticas mais comuns à administração de Rodrigo M.F. de Andrade no IPHAN era a concentração de recursos e obras em Minas Gerais e no Rio de Janeiro e o abandono do Nordeste e do Norte, regiões ricas de patrimônio cultural e natural, mas pouco desenvolvidas. Com este programa o protagonismo da preservação do nosso patrimônio se deslocaria do Rio de Janeiro para o Recife e reforçaria um grupo de intelectuais ligados à Fundação Joaquim Nabuco e a Gilberto Freyre,

Uma nova mudança na política de preservação ocorreria abruptamente como uma intervenção política em 1979. Nos últimos anos da década de 1970, com a volta da inflação, que chegou a 110% ao ano, e crescente contestação do regime militar, era preciso reformular a política cultural, para uma transição democrática gradual e controlada, como chamou a atenção Roberto Sabino<sup>10</sup>. Com a posse do Gal. João Figueiredo, em março de 1979, tendo como chefe da Casa Civil o Gal. Golbery de Couto e Silva, ideólogo do regime militar, é nomeado para o Ministério da Educação e Cultura o pernambucano de formação Eduardo Portela. Este, por sua vez, nomeia Pedro Demo, filósofo, sociólogo e educador, que desde 1970 trabalhava no IPEA do Ministério do Planejamento, como Subsecretário Geral do MEC que se transformaria no principal formulador da nova política cultural do país seguindo o lema de Portela: “o bem tombado deve estar a serviço da comunidade”<sup>11</sup>. É dele o texto que se segue, de 1979:

“Dentro de um país com profundos desequilíbrios regionais e sociais, a meta prioritária da política social é a população de baixa renda, que, além de muito pobre, é também maioria.[...] Por isso, insistem em que a identificação se volte para o todo da sociedade, principalmente para o povo, podendo valorizar manifestações populares da religião, do folclore,

---

<sup>9</sup> - Ver Marcia Sant’Anna (2015, p. 235 e 269).

<sup>10</sup> - Ver Roberto Sabino (2012).

<sup>11</sup> - Ver Eduardo Portela (1979).

de hábitos de alimentação, hábitos de cura, hábitos de lazer, etc., e não somente traços característicos do consumo elitista”<sup>12</sup>.

Esta plataforma populista coincidia com reivindicações difusas de grupos marginalizados da sociedade brasileira, que buscavam o reconhecimento de sua identidade étnica, especialmente negros, índios e imigrantes.

A progressiva desativação do PCH, ao longo na década de 1980, se deveu não só à menor disponibilidade de recursos, como à mudança de foco da política. Durante a década de 1970 a indústria imobiliária se consolidava fundando Associações de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário, ADEMI, em praticamente todos os estados. A nova política cultural visava, também, aliviar a tensão com os proprietários de imóveis e mercado imobiliário que pressionava contra o tombamento de conjuntos urbanos, cidades e até municípios inteiros, como Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, na Bahia.

Além dessas duas forças, existia uma luta surda pelo controle de um órgão que gozava naquele momento de muitos recursos, influência e prestígio junto a governadores e prefeitos. Ao contrário do que afirmam a maioria dos autores, a disputa pelo IPHAN não era apenas conceitual, senão política e regionalista. Pode-se dizer que a mudança nos rumos do IPHAN em 1979 foi, em grande parte, a revanche do Nordeste pelo monopólio do órgão por um grupo de intelectuais de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, durante 43 anos.

Desde a criação do PCH, Aloisio Magalhães, pernambucano, brilhante designer oficial do regime militar<sup>13</sup>, mas sem nenhuma experiência na defesa do nosso patrimônio, disputava o poder com Renato Soeiro pelo controle do IPHAN. Em 1975, ele criou o Centro Nacional de Referência Cultural, CNRC, através de convenio da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal e a Secretaria de Tecnologia do Ministério da Indústria e Comércio, de seu amigo Severo Gomes.

---

<sup>12</sup> - Cf. Pedro Demo, (1980, p.89-90).

<sup>13</sup> Aloisio foi o designer de duas edições das cédulas do Cruzeiro Novo, e das logomarcas do Banco Central, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da Petrobrás, da Itaipu Binacional, de Furnas, Light e Docevale.

A cooptação das camadas populares era um dos objetivos da nova política cultural dos militares, dentro de sua estratégia de “abertura política gradual e controlada” frente ao fortalecimento de movimentos sociais como as Comunidades Eclesiais de Base e outros. O discurso de Aloísio e os trabalhos do CNRC tornavam o seu nome o mais adequado para tocar a nova política cultural no IPHAN, além de amigo e conterrâneo de Portela.

Logo após sua posse, Aloísio põe em marcha o projeto de criação de um sistema formado pela SPHAN, com poder de polícia, e uma fundação com uma estrutura mais flexível e ágil, desenvolvido durante a administração anterior. Com o sistema SPHAN/Pró-Memória, Aloísio manteve na SPHAN os arquitetos do que ele chamava pejorativamente de “pedra e cal” e colocou na Fundação Pro-Memória os antropólogos e sociólogos, considerados de “referência”, originários do CNRC. A SPHAN tinha as atribuições duras da lei, tomar, fiscalizar e embargar e a Fundação Pro-Memória a de definir a política do órgão, fazer estudos sobre referências culturais, e financiar o sistema. Os funcionários da SPHAN tinham salários da administração pública e os da fundação salários maiores, de mercado. Enquanto Aloísio dirigiu os dois órgãos não houveram conflitos, mas com sua morte prematura, em 1982, as coisas se complicaram.

Pouco antes de sua morte, Aloísio transformaria o DAC na Secretaria de Cultura do MEC, núcleo do futuro ministério. Como titular dessa Secretaria ele nomeia Irapoan Cavalcanti Lyra, carioca filho de tradicional família pernambucana, antigo colaborador de Soeiro, para a direção do sistema SPHAN/Pro-Memória. Com sua morte, intelectuais pernambucanos da Fundação Joaquim Nabuco com o apoio da delegacia da SEPLAN-PR no Recife e da Sudene, conseguem nomear para sucedê-lo na Secretaria de Cultura do MEC outro conterrâneo, Marcos Vinicius Vilaça, membro do Conselho Diretor da Fundação Joaquim Nabuco. O novo Secretário mantém Irapoan C. Lyra na presidência do sistema SPHAN/Pro-Memória, mas não consegue parar a disputa dos dois grupos. Até uma das fiéis colaboradoras de Aloísio reconhece a cisão criada no órgão:

O fato é que, na prática, a síntese pretendida por Aloísio Magalhães não chegou a se concretizar realmente, e as inevitáveis diferenças de



orientações dos técnicos das três instituições (SPHAN, CNRC e PCH) “fundidas”, sobretudo entre os da “referencia” e os de “pedra e cal”, não foram superadas em uma proposta de trabalho comum, A proposta do CNRC, apropriada e desenvolvida pela FNPM, encampada pela SEC e, em certa medida, inclusive pela Constituição Federal de 1988, ficou conhecida praticamente apenas enquanto discurso<sup>14</sup>.

Com a redemocratização e criação do Ministério da Cultura pelo presidente José Sarney, o seu mais duradouro ministro, o cearense Celso Furtado, entendendo que a disputa era essencialmente regionalista, nomeia para a Fundação Pro-Memória o pernambucano Joaquim Falcão, membro da Fundação Joaquim Nabuco, e para a SPHAN o Prof. Ângelo Oswaldo, mineiro. Mas esta divisão salomônica do sistema não resolveria a questão. Com o avanço do neoliberalismo, Sarney delega ao setor privado a política cultural do país, com a lei de renúncia fiscal que levou seu nome, talvez pensando em resolver a contenda.

O presidente Collor de Mello, face às infundáveis brigas internas do órgão, dissolveu o sistema SPHAN/Pro-Memória, em 1990, e o substitui pelo Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural, IBPC. Não era apenas o PCH, já morto, que era enterrado, senão o próprio IPHAN. Fernando Henrique Cardoso restauraria o antigo IPHAN e o colocaria no território neutro de Brasília, com um atraso de 35 anos. Ainda aqui o grupo pernambucano consegue colocar como diretor do novo órgão o arquiteto Glauco Campelo, paraibano formado no Recife. Mas nem a Lei Sarney, nem a sua substituta Lei Rouanet, conseguiriam atrair o interesse do setor privado para o patrimônio edificado.

O novo IPHAN, sem recursos, iria buscar no Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, os meios para financiar o Projeto Monumenta, que duraria de 2000 a 2008 e não seria renovado. O presidente Lula, para o nosso patrimônio edificado não cair no vazio, criaria em 2009 o PAC das Cidades Históricas. Não cabe aqui avaliar o desempenho desses dois programas.

Com a criação do registro de bens imateriais em 2000, o IPHAN passa a usar mais esse instrumento de certificação cultural de manifestações intangíveis que

---

<sup>14</sup> - Cf. Maria Cecília Londres Fonseca (1997, p. 200).

o tombamento, pois não implicava em despesas de preservação, nem maiores tensões com os proprietários e o mercado imobiliário, delegando aos órgãos estaduais e municipais a preservação de novos sítios urbanos e naturais.

No seminário “ O PCH, o Programa das Cidades Históricas.um balanço após 40 anos” realizado em novembro de 2015 na USP, fiz uma avaliação dos 32 anos de seu desaparecimento. Ganhou-se a quebra do monopólio do tombamento pela União, a flexibilização da metodologia de intervenção do PCH em municípios como Recife e Belém e, indiretamente, a ampliação do conceito de patrimônio na Constituição de 1988, graças aos trabalhos desenvolvidos pela FUNARTE de Soeiro e CNRC de Aloísio e o conseqüente registro dos bens imateriais. Perdeu-se a integração do patrimônio cultural e natural aos programas de desenvolvimento regionais e urbanos e o pacto federativo pelo nosso patrimônio, com o fechamento de muitos órgãos estaduais e municipais de preservação por falta de apoio federal.

Não se voltou à situação anterior à década de 1960, mas os desafios continuam imensos. Agora mesmo 1.500 imóveis correm o risco de desabar no Centro Histórico de Salvador, incluído na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. O IPHAN sem o apoio dos proprietários não pode dar conta de preservar cerca de 21.000 monumentos e 79 centros e conjuntos urbanos tombados<sup>15</sup>. É urgente criar uma lei específica para os conjuntos urbanos que estabeleça a competência concorrente da União, estados e municípios e reconheça e o direito de seus moradores a financiamentos subsidiados para conservarem suas casas, dando-lhes um papel proativo na preservação desses conjuntos. É preciso regulamentar os novos instrumentos de preservação introduzidos pela Constituição de 1988 e convocar novamente os governadores e prefeitos para recolocarem o patrimônio, sem divisões, na agenda nacional. Precisamos voltar e descentralizar a ação, como se fez na década de 1970. Nessa tarefa de atualização da legislação e política preservacionista, este Conselho de Arquitetura e Urbanismo, como importante instancia da sociedade civil, pode e deve dar força, não só ao IPHAN do PCH, como os órgãos estaduais e municipais de preservação do nosso patrimônio edificado, já que

---

<sup>15</sup> - Ver Sophia (2015, p.320).

os arquitetos e urbanistas foram e continuam a ser seus principais protagonistas.

## Referencias

*AS MISSÕES DA UNESCO no Brasil*: Michael Parent. Tradução de Rejane Maria Lobo Vieira. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2008.

AZEVEDO, Paulo Ormindo David de. Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil. In: \_\_\_\_\_ ; CORREA, E. (Org), *Estado e Sociedade na Preservação do Patrimônio*, p. 19-53. Salvador: Edufba: IAB, 2013 a.

\_\_\_\_\_. *Raizes do SPHAN*; de Mario de Andrade a Gilberto Freyre. Salvador: ArquiMemoria 4, 2013 b, disponível em <https://pauloormindo.blog.wordpress.com>.

CARTAS PATRIMONIAIS, disponível em [www.iphan.gov.br.portal.iphan.gov.br/paginas/detalhes/226](http://www.iphan.gov.br.portal.iphan.gov.br/paginas/detalhes/226).

DEMO, Pedro. *Pobreza sócio-econômica e política*. (Florianópolis: Imprensa da UFSC), 1980

FONSECA, Maria Cecília Londres, *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.

FREYRE, Gilberto. Apud RUBINO, Silvana B. Gilberto Freyre e Lucio Costa ou a boa tradição: o patrimônio intelectual da SPHAN. In: GUERRA, Abílio (Org). *Textos fundamentais para a história da arquitetura brasileira*, parte I. São Paulo: Romano Guerra, 2010, p.299-315.

MOTTA, Lia, A SPHAN em Ouro Preto, uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio*, n. 22, 1987, p.108-122.

PORTELA, Eduardo. *Política de educação e cultura*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, ESG, 1979.

SABINO, Roberto. *As disputas pela representação do patrimônio nacional (1967-1984)*. Resumo de dissertação defendida no PPG de Museologia e Patrimônio da UNIRIO/MAST. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em

[www.cultura.digital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Roberto-Sabino.pdf](http://www.cultura.digital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Roberto-Sabino.pdf). Acessado em 1º/11/2015.

SANT'ANNA, Marcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil*. Salvador: IPHAN; Oiti Editora, 2015.

SANTOS, Carlos N. F. dos. Preservar não é tomar, renovar não é por tudo abaixo. in *Projeto*, nº1, 1986.

SOEIRO, Renato. *Discurso de agradecimento à homenagem do Instituto de Arquitetos do Brasil*, em 30/03/1979. Rio de Janeiro Arquivo: IPHAN, Arquivo Noronha Santos. – Personalidades, SOEIRO, Renato de Azevedo Duarte, pasta. 93.03.13.S.

SOPHIA, Daniela. As políticas de preservação do patrimônio na arena federal sob a gestão de Renato Soeiro (1967-1979). *Museologia e Patrimônio*. Rio de Janeiro: Museu da Astronomia e Ciências Afins, 2015, p.317-338. Disponível em [http://www.mast.br/hotsite\\_mast\\_30\\_anos/pdf/volume\\_01.pdf](http://www.mast.br/hotsite_mast_30_anos/pdf/volume_01.pdf)